



## **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

### **CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 181183 - SC (2021/0220997-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**  
**SUSCITANTE** : **TEKA TECELAGEM KUEHNRIK SA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**  
**ADVOGADOS** : **ALEXANDRE GOMES NETO - SC010884**  
 : **PAOLA SILVA CUBAS - SC025878**  
 : **ANDRE LUIS PEREIRA RAMOS - SC047406**  
**SUSCITADO** : **JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DE BLUMENAU - SC**  
**SUSCITADO** : **JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DE ARTUR NOGUEIRA - SP**  
**INTERES.** : **NÃO INDICADO**

### **DECISÃO**

Cuida-se de conflito de competência com pedido liminar suscitado por TEKA TECELAGEM KUENRICH S. A., em recuperação judicial, em que aponta como suscitados o JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DE BLUMENAU (SC) e o JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DE ARTUR NOGUEIRA (SP).

Alega que está em processo de recuperação judicial no Juízo de Direito da 2ª Vara Cível de Blumenau (SC). Foi deferido o processamento da recuperação judicial em 8/11/2012 (fls. 342-350) com a suspensão de todas as ações e execuções em trâmite contra a suscitante. Posteriormente, foi aprovado o plano pela assembleia de credores e homologado pelo juízo da recuperação em 30 de outubro de 2013 (fls. 303-315)

Afirma, ainda, que o Juízo de Direito da Vara Única de Artur Nogueira (SP), nos autos da execução fiscal n. 1500107-24.2014.8.26.0666, a despeito da recuperação judicial, determinou a realização de penhora via BACENJUD que foi efetiva.

Defende a competência do Juízo da recuperação judicial para deliberar sobre seu patrimônio, principalmente sobre penhora de valores destinados ao pagamento dos seus credores.

Postula, "a concessão de LIMINAR para determinar a imediata suspensão dos bloqueios/penhora determinados nos autos da Execução Fiscal n. 1500107-24.2014.8.26.0666, desconstituindo-se os bloqueios/penhoras já efetivados, vedando-se, ainda, que tal Juízo venha a realizar, neste mesmo processo, novos bloqueios, penhoras, arrestos ou qualquer espécie de constrição judicial de quaisquer bens ou valores

eventualmente devidos às suscitantes, até o julgamento final deste Conflito de Competência" (fl. 23).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Observa-se que não há nos autos a demonstração dos atos constitutivos eventualmente praticados pelo Juízo da execução fiscal ora suscitado.

Toda a documentação juntada refere-se à execução trabalhista no Juízo da 2ª Vara do Trabalho de Blumenau, Execução Fiscal no Juízo Trabalhista e Ação Civil Pública Trabalhista.

Assim, ausente a demonstração do apontado conflito de competência, indefiro o pedido liminar.

Comunique-se aos Juízos suscitados para que prestem as devidas informações no prazo de 10 dias, nos termos do art. 197 do RISTJ.

Em seguida, dê-se vista ao Ministério Público Federal pelo prazo de 15 dias (art. 198 do RISTJ).

Em seguida, encaminhem-se os autos ao relator.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente